



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - CREA-MA

DECISÃO 72/2020

Reunião: EXTRAORDINÁRIA - Nº 3/2020 - CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL, GEOLOGIA E MINAS -
17/04/2020 das 16:00 as 20:00

Decisão: 72/2020

Referência: 2613028/2020

Interessado: LUIZ CARLOS SALANI

EMENTA: Defere REGISTRO DE ART - ATIVAÇÃO

DECISÃO

A Câmara Especializada De Engenharia Civil, Geologia E Minas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão - CREA-MA, no uso de suas atribuições legais, reunida em 17 de abril de 2020, analisando o relato e voto fundamentado do conselheiro Francisco De Assis Alves Da Cunha, objeto de solicitação de solicitação-outros Luiz Carlos Salani, CONSIDERANDO a Resolução 1.025/09 do CONFEA/CREA que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências. CONSIDERANDO o artigo 4º da Resolução 1.025/09 do CONFEA/CREA, in verbis: Art. 4º O registro da ART efetiva-se após o seu cadastro no sistema eletrônico do Crea e o recolhimento do valor correspondente. § 1º O início da atividade profissional sem o recolhimento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis. CONSIDERANDO que a empresa obteve seu registro antes do início da execução do serviço bem como o vínculo do profissional com a empresa cadastrado no sistema SITAC foi antes do início da execução do serviço. CONSIDERANDO que se trata de registro da ART de obra que está em andamento, tendo em vista que a execução do serviço não finalizou. CONSIDERANDO de acordo com a Lei nº 6.496/77 é obrigatório o registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no início da realização obra/serviço; CONSIDERANDO que a falta de elaboração da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART culminou na infração do art. 1 da Lei Federal nº 6.496/77, bem assim da Lei Federal nº 5.194/66: Art. 3º- A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do Art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, e demais cominações legais. CONSIDERANDO a regularidade da documentação apresentada, conforme legislação pertinente; considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator desta Câmara Especializada, **DECIDIU** por maioria, pelo(a) deferimento do(a) solicitação-outros do(a) interessado(a) Luiz Carlos Salani. Coordenou a reunião o senhor **Ranyelle Ricardo Santos**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Antonio Carlos Amaral Ribeiro, Arnaldo Carvalho Muniz, Euridice Amelia Reis Rabelo, Francisco De Assis Alves Da Cunha, Franklyn Roseverthe Veras Da Silva, Nagib Abrahao Duailibe Neto, Paulo Sergio Santos Moreira, Thiago Vieira Moreira. Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Jose Henrique Campos Filho.

Cientifique-se e cumpra-se.

SÃO LUIS, 17 de abril de 2020.

RANYELLE RICARDO SANTOS
Coordenador da Reunião